



O GRITO

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL DE SANTA CATARINA - Nº 09 - Março - 2007 - ANO II



FORA, BUSH!

Brasileiros e brasileiras mostraram ao mundo, no Dia Internacional da Mulher (8/3), que não aceitam as tentativas de imposição da política dos EUA na região. Durante as manifestações em comemoração à data consagrada às mulheres de todo o mundo, a presença de George Bush no País foi rechaçada em protestos que tiveram a participação de milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Em Florianópolis,

também houve comemoração e protesto. O Sintrajusc marcou presença em várias atividades, como você pode conferir na última página deste jornal. O Sindicato entende que é a luta do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que fortalecerá a sociedade brasileira, colocando no centro das preocupações de nossos governantes os interesses do conjunto da população brasileira.



Sintrajusc na ofensiva para garantir saúde do servidor

Combater os riscos à saúde do servidor sempre foi uma preocupação do Sintrajusc. Neste ano, especialmente, várias ações estão sendo adotadas para evitar o aumento das doenças ocupacionais. No TRT, Justiça Federal e Eleitoral, várias medidas são adotadas para que melhorem os índices de saúde dos trabalhadores, com reflexos diretos no desempenho profissional, na prestação do serviço aos usuários e na vida pessoal dos integrantes da categoria. Como ainda são pequenos os resultados obtidos pelas administrações dos Tribunais, o Sindicato passa a agir, em parceria ou diretamente com os servidores, para corrigir este que é um dos principais problemas dos servidores do Judiciário Federal.

LEIA MAIS

Retomadas negociações
com Tribunais
Página 3

Publicada Portaria do PCS
Página 7



**SOLTANDO
O VERBO**

Este é um espaço destinado às manifestações da categoria. Envie sua colaboração

Assim nasce a luta

EXPEDIENTE

O jornal O Grito é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina. Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 – Florianópolis (SC). Fone/Fax: (48) 222-4668. Site: www.sintrajusc.org.br E-mail: imprensa@sintrajusc.org.br . **Diretoria:** COORDENADORES GERAIS: Robak Barros; Paulo Roberto Koinski; Denise M.S. Zavarize COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO: Manoel Prazeres (Aposentado); Ivo Ney Rodrigues Demaria (licenciado) COORDENADORIA DE CULTURA, PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTE: Adriana Maria Ramos; Luiz Carlos M. de Oliveira COORDENADORES DE COM. E IMPRENSA: Maria Lúcia Lemos Haygert (licenciada); Angela Albino (licenciada) COORDENADORES JURÍDICOS: Maria Aparecida Ferrari; Laércio Flávio Bonamigo COORDENADORES DE FORM. SINDICAL: Neila Ávila de Souza COORDENADORES REGIONAIS: Região Sul: Perpétua Matildes de Jesus (Aposentada) - Região do Vale de Itajaí: Laurina Maas - Região Norte: Marlene Luciano - Região Oeste: Maria Clélia Lanius Crestani - Região do Planalto: Silvana Liczbinski **Jornalista Responsável:** Amilcar Oliveira (SC00462JP) **Diagramação:** CM Comunicação **Fotos** Amilcar Oliveira, Rodrigues Viana e Sérgio Raulino **Logomarca do Sintrajusc:** Paulo Laitano **Impressão:** Diário Catarinense **Tiragem:** 3.000 - As matérias e artigos assinados são de responsabilidade dos autores. Colabore com nosso jornal. Escreva para: imprensa@sintrajusc.org.br. (Os artigos enviados não poderão exceder 3.500 caracteres e serão publicados na coluna Soltando o Verbo. Receberemos os artigos, que serão publicados por ordem de chegada, até o dia 15 de cada mês).

Sintrajusc retoma negociações com Tribunais



O Sintrajusc já deu a largada nas negociações com as administrações dos Tribunais em 2007. Na primeira reunião do ano, a coordenadora-geral do Sindicato, Denise Zavarize, e as diretoras Adriana Maria Ramos e Neila Ávila de Souza participaram de audiência com o juiz-presidente do TRT/12, Jorge Luiz Volpato, no dia 28 de fevereiro. Várias situações de interesse dos servidores, principalmente regulamentação do PCS, foram discutidas. A intenção do Sindicato é retomar as discussões feitas no ano passado, que trataram principalmente da questão orçamentária dos Tribunais, e que revelaram que muitas vezes recursos que poderiam ser aplicados em benefícios para os servidores acabam sendo devolvidos por falta de aplicação.

Este ano, a assessoria econômica do Sintrajusc elaborou um estudo que

mostrou que há sobra de caixa nos três ramos do Judiciário, em maior ou menor montante. Com os recursos, as administrações dos Tribunais poderiam atender várias demandas dos servidores, como o pagamento de créditos de ações judiciais, reajuste de vale-alimentação, incremento do atendimento à saúde, e outros.

Na Justiça Federal – Justiça Federal de 1º Grau e os cinco TRFs – havia saldo, de R\$ 20,130 milhões. Na JE, o saldo era pequeno, R\$ 136 mil a serem liquidados. E na JT, havia R\$ 3,4 milhões em caixa. Independente de ser pouco ou muito, o fato é que são recursos que poderiam ser aplicados, desde que no prazo adequado.

Dos três ramos do Judiciário, apenas a JT afirmou ter empenhado os valores. O prazo venceu no dia 31 de janeiro.

Atrasados dos Quintos na JF

O Sintrajusc está encaminhando ação de cobrança dos atrasados dos quintos dos servidores da Justiça Federal, que tiveram reconhecido o direito à incorporação de quintos por decisão do Conselho da Justiça Federal. Como o pagamento estava sendo feito de forma muito demorada, o único caminho que restou foi o da ação judicial de cobrança. Para os servidores cujo valor do crédito é in-

ferior a 60 salários mínimos, o que permite ajuizar a ação no Juizado Especial, o Sintrajusc disponibilizou petição inicial da ação.

Para a maioria dos servidores, com créditos superiores a 60 salários mínimos, o Sintrajusc vai ajuizar a ação de cobrança, na condição de representante processual. Assim que houver novidade, informaremos a categoria.

IR da JT: Sintrajusc ainda aguarda manifestação do juízo

O Sintrajusc ainda aguarda a manifestação do juízo no processo do Imposto de Renda da Justiça do Trabalho. A assessoria jurídica do Sindicato foi intimada, no 17 de janeiro de 2007, para impugnar os Embargos à Execução opostos pela Procuradoria da Receita Federal, relativamente a 55 dos processos de execu-

ção ajuizados. A impugnação foi apresentada em todos eles, dentro do devido prazo legal. Até o julgamento dos embargos, a execução fica suspensa.

O Sindicato aguarda o julgamento dos embargos e, assim que houver manifestação do juízo, informará a categoria.

JURÍDICO

STF limita em 6% ao ano juros de mora pagos pela União

Por 7 votos a 4, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que as dívidas judiciais decorrentes de verbas remuneratórias devidas a servidores ou empregados públicos pela União serão corrigidas em, no máximo, 6% ao ano. A decisão ocorreu no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 453740 que foi provido, por maioria. No recurso, a Fazenda Nacional contesta o acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro, que a condenou a pagar para servidor público aposentado, de uma só vez, as diferenças de vencimentos devidas a ele, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Em sua decisão, a Turma Recursal declarou inconstitucional a fixação diferenciada de percentual de juros de mora previstos no artigo 1º-F da Lei 9.494/97 (que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública), por ferir o princípio constitucional da isonomia (artigo

5º, caput, Constituição Federal).

Este entendimento também era da Turma Recursal em Santa Catarina, a qual havia editado inclusive súmula (nº 10) definindo juros devidos a 1% ao mês.

Para a União, esse dispositivo é constitucional, pois os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano.

O ministro relator ressaltou que, como o referido dispositivo trata igualmente todos servidores públicos que têm direito a correção nas verbas indenizatórias, não há falar em inconstitucionalidade dela. “Não há qualquer tratamento discriminatório. Todos os créditos, em face da Fazenda Pública, são pagos, nos casos de juros de mora, com taxa de 6%”, ressaltou, em seu voto, ao dar provimento ao recurso. No julgamento, por maioria, os ministros julgaram constitucional o artigo 1º-F da Lei 9.494/97.

Primeiras súmulas vinculantes do STF devem vigorar dentro de dois meses

O Supremo Tribunal Federal já tem prontos os enunciados das sete primeiras súmulas vinculantes, mecanismo criado pela Emenda Constitucional nº 45, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Lula no final do ano passado. Com a súmula vinculante, os juízos de primeiro e segundo grau, ao julgarem ações similares, ficam obrigados a decidir de acordo com o enunciado do STF.

Para vigorar, uma súmula vinculante deve ser editada pela Comissão de Jurisprudência do STF e passar pelas análises do presidente da comissão, ministro Marco Aurélio, da presidente do Supremo, ministra Ellen Gracie, e do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Depois vai a julgamento pelo plenário do Supremo, onde deve ser aprovada por no mínimo oito dos 11 ministros.

Saúde do servidor é prioridade

No final de 2005, o Sintrajusc publicou uma edição especial do jornal O Grito tratando do excesso de trabalho dos servidores do Judiciário Federal em todo o Estado. O acúmulo de processos, e a impossibilidade de dar conta do trabalho, estavam provocando seqüelas que se refletiam na vida profissional e pessoal dos servidores, com afastamentos provocados por doenças, trabalho ininterrupto, stress, depressão, problemas cardíacos, entre vários outros problemas. Naquele ano, já alertávamos para os efeitos que poderiam surgir, se não fossem adotadas medidas efetivas contra aquele estado de coisas.

Este ano, o Sintrajusc foi verificar com os Tribunais que medidas foram adotadas. O que se viu foi que as Administrações dos Tribunais, alertadas pelo Sindicato e por profissionais da área, começaram a investir na saúde do servidor. As iniciativas ainda são tímidas, e atendem principalmente os servidores da Capital. E os números de doenças pro-

fissionais, com reflexo na vida profissional e particular dos servidores, continuam a assustar.

O Sintrajusc, consciente de que não basta ser crítico, mas é preciso ação, está preparando extensa programação na área da saúde, com prática de esporte, cuidados preventivos e orientação para que os servidores tentem superar as dificuldades atuais. Sabe-se que não é apenas a motivação para o esporte que fará com que caiam os atuais índices de doenças profissionais. Até porque a saúde também passa por uma relação de respeito aos servidores, sem o viés autoritário que ainda persiste em muitos locais de trabalho, um dos principais responsáveis por muitos dos problemas que atingem os servidores. Nesta edição, investigamos as iniciativas dos Tribunais dos três ramos do Judiciário – Trabalhista, Federal e Eleitoral – na área da saúde. Nas próximas, voltaremos aos locais de trabalho para verificar se as medidas adotadas pelos Tribunais estão chegando aos servidores.

No TRT, ainda há muito para avançar

No estudo “Análise retrospectiva das causas médicas de afastamento laboral”, realizado entre maio de 2003 e abril de 2005 com 1.433 servidores e 107 juízes, especialistas da área médica do TRT/12 verificaram que os níveis de absenteísmo-doença no Tribunal e nas Varas atingiam índices preocupantes. O absenteísmo-doença é aquele, como o nome diz, provocado por distúrbios na saúde, que podem atingir o corpo, a mente ou ambos. Percentualmente, o quadro varia muito dependendo se os problemas atingem juízes ou servidores, atingindo mais estes, em uma proporção quase quatro vezes maior. Mais de 50% dos entrevistados apresentaram dores nos membros superiores e no pescoço, regiões que têm a maior exigência durante o trabalho. As mulheres (65%) são bem mais atingidas pelo problema que os homens (37%). Servidores com mais de 40 anos apresentam taxas de absenteísmo-doença 2,5 vezes maior do que nos servidores com menos de 40 anos.

Assistentes de audiência, auxiliares administrativos e diretores de secretaria, nesta ordem, são os mais atingidos pelos problemas relacionados ao trabalho, seguidos de perto

pelo auxiliares de serviços gerais.

Os grandes responsáveis pelo absenteísmo-doença são as doenças ósteo-musculares (29%) e psico-emocionais (27,5%), bem à frente das outras causas. As duas causas só se invertem, quando o critério é o sexo, mas continuam à frente das outras. Na conclusão do trabalho, os autores do estudo fazem uma recomendação: “É de fundamental importância que se implementem ações e programas voltados à prevenção dos problemas geradores do absenteísmo!!!”. Neste mesmo ano, o Núcleo Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (NESMT) começou a atacar o problema, com o que pretendia ser um amplo programa de estímulo à prática de esporte, ginástica laboral e outros programas voltados à qualidade de vida. O programa Judisporte surgiu neste contexto, tentando estimular a prática esportiva ou orientar os servidores que já são praticantes de esporte, de forma que estes diminuam os riscos durante a prática. O médico Paulo Fernando Vieira dos Prazeres, Analista Judiciário do TRT, e a fisioterapeuta Angela Carbonera, também Analista Judiciário, são os responsáveis pelo programa.



Quando o Judisporte começou a ser implantado, os dois fizeram viagens por todo o Estado, levantando dados antropométricos-nutricionais (peso, altura, tipo de alimentação, etc.), pressão sanguínea, prática de atividade física, entre outros. “Ao mesmo tempo, estabelecemos uma estratégia para estimular a prática de atividade física, para controle de obesidade e combate ao sedentarismo, considerados epidemias pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”, afirma Paulo. Segundo os dois profissionais, esses são problemas sérios entre os servidores da Justiça do Trabalho em Santa Catarina. São necessárias duas avaliações para entrar no projeto, a que envolve exames laboratoriais de rotina e a antropométrica-nutricional. Após, é feita avaliação postural e ortopédica, com orientação sobre o tipo de

atividade que ao servidor é recomendada fazer. Há um ano, entre 25 e 30 servidores da Capital, em média, praticam corrida ou caminhada durante três vezes por semana. Há também programa de ginástica laboral, e orientação para a prática de natação, musculação, esteira, conforme o interesse do servidor.

Justiça Federal aposta

A diretora do Foro da Justiça Federal, Eliane Paggiarin Marinho, em Florianópolis, reconhece: “somos iniciantes na adoção de políticas de prevenção às doenças profissionais, sempre estivemos mais preocupados com a atividade judiciária”. Coleta de dados está apenas começando para verificar os problemas que mais atingem os servidores na Justiça Federal. Como na Eleitoral, também não há dados disponíveis sobre a saúde dos servidores, como principais problemas, índice de absenteísmo, etc. Durante entrevista concedida ao Sintrajusc em que, além da di-

ade para Sintrajusc em 2007



Nos anos de 2005 e 2006, o Judisporte atendeu 140 servidores na Capital e quase 300 no interior. Pouco, considerando o quadro de servidores em todo o Estado. E com um agravante: o atendimento se fixa mais na Capital, já que apenas os dois profissionais são responsáveis pelas avaliações e reavaliações. Uma vez

por ano, ambos visitam as cidades-pólo do Estado, para fazer novas avaliações e tentar estimular os servidores para a prática de esporte, o que eles consideram insuficiente. “Mesmo assim, tentamos manter a motivação dos servidores”, afirma Ângela. O ideal, segundo eles, é ter

Eleitoral ainda não tem diagnóstico

Na Justiça Eleitoral, as preocupações com o estabelecimento de uma política de saúde para os servidores começaram a tomar corpo em novembro de 2006, segundo o secretário de Recursos Humanos do Tribunal, Edmundo Cesar Nunes. O secretário afirma que ainda não há diagnóstico, por parte do Tribunal, dos principais problemas que atingem os servidores. A secretaria de Informação está providenciando para este semestre a análise dos dados. Não há informações sobre índices de absenteísmo, nem pesquisa histórica sobre a saúde do servidor. Durante as viagens feitas pelo Sindicato ao interior do Estado, no ano passado, muitas reclamações dos servidores foram feitas com relação a mobiliário e espaço físico inadequados, além das dificuldades com relação à distância dos locais de origem, que acabavam gerando mais problemas emocionais para os servidores no desempenho de suas tarefas. Durante entrevista com a equipe do Sintrajusc, Edmundo Nunes afirmou não desconhecer os problemas relatados pelos servidores, mas disse que muitos desses problemas já tiveram solução encaminhada. A mesma afirmação já havia sido feita pelo presidente do TRE, desembargador Orli de Ataíde Rodrigues, durante reunião com a diretoria do Sindicato, em setembro do ano passado. Nunes diz que o primeiro passo foi sensibilizar e com-

prometer as gerências do Tribunal para a importância dos projetos na área da saúde dos servidores. Cursos com consultores externos para capacitação das gerências foram feitos na sede do TRE no final do ano passado. No TRE, a preocupação é “inserir a saúde em uma política global de gestão de pessoas”, como afirma o secretário de RH.

Mesmo sem a análise dos dados sobre a saúde dos servidores da Eleitoral, a Administração do Tribunal deu início a um programa de ginástica laboral. Durante 15 a 20 minutos, os servidores param as atividades para praticar os exercícios recomendados por profissional da área da saúde terceirizado. Segundo o secretário, houve também preocupação ergonômica com mobiliário e luz no ambiente de trabalho.

O problema, na Justiça Eleitoral, é a extensão dessa política para os servidores do interior. A explicação do secretário de RH do TRE é que no interior havia uma quantidade muito grande de servidores requisitados, antes da realização de concurso. “Como havia muita transitoriedade de servidores, não conseguíamos implantar uma política consistente para os servidores”, afirma Nunes.

O concurso que garantiu o provimento das vagas nos cartórios do interior foi realizado em março de 2006.

vários projetos na área da saúde para que os servidores sintam-se estimulados por terem várias opções. O resultado do trabalho feito através do Judisporte, ginástica laboral e outros ainda não pôde ser avaliado criteriosamente, já que, segundo os responsáveis, não havia iniciativas

desse tipo antes. “No médio e longo prazo, poderemos saber, a partir de dados comparativos, como está a saúde do servidor. Por enquanto, pelo que podemos perceber, já há uma queda nos índices negativos dos servidores que participam das atividades”, afirma Paulo.

em sensibilização

retora Eliane, também estavam presentes a diretora da Secretaria Administrativa, Lyane Aparecida Hildebrand, a diretora do Núcleo de Assessoria (que trabalha com Desenvolvimento Humano), Ana Lúcia de Souza, e o supervisor da Sessão Médica, Olir Macchi, o Sintrajusc foi informado sobre as principais medidas que estão sendo adotadas na Justiça Federal.

Basicamente três são as medidas adotadas pela Justiça Federal: o projeto-piloto em Ginástica Laboral, a Jornada da Saúde e o Programa de Desenvolvimento Gerencial. Os três,

inter-relacionados.

O mais recente é o Programa de Desenvolvimento Gerencial, de 2006, que procura sensibilizar os chefes de equipe para a importância da questão da saúde do servidor. Encontros mensais são realizados com Diretores de Secretaria, Administradores, Supervisores e Juizes, para procurar as melhores medidas para sensibilizar os servidores à prática de exercícios e aos cuidados com mente e corpo. Essas atividades são levadas para o interior, conforme a diretora do Foro.

As jornadas da saúde são mais antigas, acontecem desde 2000. Começaram com análises individuais dos servidores por equipes médicas para aferição de glicídios, colesterol, pressão arterial, palestras e atividades de ergonomia.

Há uma preocupação com o histórico de saúde dos servidores, consultas individuais com nutricionistas, além de testes de flexibilidade e acuidade visual. Uma vez ao ano, pelo menos, acontecem as jornadas, em cada seção judiciária do Estado, com participação de 100% dos servido-

res, segundo a direção do Foro. Não há dados tabulados, conforme a direção

Por fim, a ginástica laboral é feita diariamente, em todo o Estado, segundo a direção do Foro. Antes, eram três vezes por semana.

Segundo a direção do Foro, a programação não se resume à ginástica, mas também há fisioterapia, com presença de instrutores nos locais de trabalho para orientar a prática dos servidores.

“O autoritarismo que gera conflitos nas organizações”

O professor Herval Pina Ribeiro é um dos maiores especialistas do País quando o assunto é relações do trabalho contemporâneo e a saúde. Convidado pelo Sindicato dos Servidores do Judiciário de Santa Catarina (Sinjusc) para coordenar a parte científica do levantamento sobre as condições de saúde de servidores e juizes do Judiciário de Santa Catarina, contribuiu, com o resultado de seu trabalho, para a ampliação da compreensão dos servidores e dos próprios juizes com relação ao trabalho que desempenham e às causas dos problemas de saúde que enfrentam. Ao fim do trabalho, desenvolvido durante três anos, o professor concluiu que servidores e juizes padecem de males parecidos, o que não significa que “tenham a mesma intensidade e frequência”, como enfatiza logo no começo da entrevista abaixo. Parte do trabalho do professor foi publicada no livro **O Juiz Sem a Toga**, resenhado na Última Página deste jornal. Não é por se tratar de um ramo específico de trabalhadores que o livro não interessa aos servidores do Judiciário Federal, até porque a natureza das funções praticamente não se diferencia. Assim, tanto o livro quanto a entrevista abaixo devem interessar aos servidores do Judiciário Federal. Afinal, como não se cansou de dizer ao longo da entrevista e no livro, as causas dos problemas de saúde dos servidores não se restringem ao âmbito interno do Judiciário, estendendo-se para além das fronteiras das áreas de atuação dos servidores.

Pode-se dizer que no livro *O Juiz Sem a Toga* um dos maiores méritos seja observar que as causas das doenças de juizes e servidores são praticamente as mesmas? Em que se diferenciam as reações em cada um dos casos?

O fato de servidores do Judiciário togados e não togados terem as mesmas doenças não significa que as tenham com a mesma frequência e intensidade. A hierarquia, a subalternidade e o autoritarismo entre uns e outros têm a ver com essas diferenças.

As alterações no modo de produção e a ampliação da demanda do Judiciário como resultado da constitucionalização dos Direitos Sociais são causas determinantes da doença que atinge juizes e servidores?

A constitucionalização de direitos tem pouco a ver com o aumento da demanda do Judiciário. O que passou



a existir foi um conjunto de situações que confluíram para o Judiciário. Dessas, duas chamam a atenção: a despolitização das questões sociais pela fragilização dos movimentos sociais, principalmente do sindical, e pela investida patronal em desobedecer direitos legislados e constitucionalizados.

Os servidores, como subordinados, têm menor poder de reação a um problema muitas vezes determinado pela própria concepção de hierarquia nos Tribunais?

A hierarquização do Judiciário é enorme. É uma forma muito antiga de exercitar o poder e a obediência. Maltrata.

Que conseqüências podem-se esperar do aumento da pressão por produtividade no Judiciário Federal, uma vez que não se aumenta proporcionalmente o número de servidores, de juizes, de varas?

O conceito de produtividade – que advém da lógica do setor privado – é uma aberração. Faz parte de uma estratégia cobrada pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países periféricos para poupar recursos financeiros com contratação de pessoal.

Com isso, os serviços públicos estão sendo arrebatados. É só olhar como estão a saúde e a educação e o próprio Judiciário.

Como o senhor notou em sua pesquisa, o conceito de doença ganha uma dimensão maior, já que suas causas não estariam ligadas apenas ao desenvolvimento de uma função, mas seriam decorrentes de uma situação que envolve pressão social por status, por competitividade, etc. Analise essa questão.

O estímulo à competição é barbárie. Está na raiz na violência que assistimos e está na depressão psíquica, na exaustão no e pelo trabalho e na bulimia.

Até que ponto a questão da autoridade é determinante no estabelecimento de pontos de conflito geradores de doença no âmbito do Judiciário?

Não é o uso da autoridade, mas o autoritarismo que gera conflitos nas organizações. O Judiciário não foge à regra.

Outro ponto destacado pelo senhor é o referente à privatização dos serviços públicos, que “arrasta para dentro da instituição (Poder Judiciário) as

contradições entre capital e trabalho”. Como isso afeta o Judiciário?

Se o modo de produção é capitalista, o estado incorpora os valores e a lógica do sistema. Ainda bem que o Estado não é monolítico... Daí a importância da democracia, ainda que seja uma democracia meramente de representação, como é a nossa. Espero que dure e que a aperfeiçoemos...

Publicada portaria com regulamentação do PCS

O Diário Oficial da União de sexta-feira (9/3) publicou a Portaria Conjunta número 1, de 7 de março de 2007, que regulamenta parcialmente a Lei nº 11.416/2006, do Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Poder Judiciário da União. A Portaria regulamenta o Adicional de Qualificação (AQ), a Gratificação de Atividade Externa (GAE), a Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) e o Desenvolvimento na Carreira. Com isso, fica faltando apenas a aprovação do anteprojeto que promove alterações no PCS, já encaminhado ao Congresso Nacional, onde recebeu o número 319/07, para que seja completa a vitória dos servidores do Judiciário Federal na conquista do PCS-3.

O envio do anteprojeto era aguardado por todos os servidores que lutam pelo o retorno do adicional de qualificação, em 5%, aos técnicos com graduação de nível superior, retirado da lei. Outra mudança traz de volta o texto que determina que os ocupantes de cargos de provimento efetivo da Carreira Judiciária executem atividades exclusivas de Estado. O novo texto ainda define que a carreira dos servidores será única, formada pelos cargos de analista, técnico e auxiliar e não três carreiras - a carreira de analista, de técnico e de auxiliar.

As alterações que disciplinam o pagamento da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e do Adicional de Qualificação a servidores cedidos a outros órgãos também constam do novo texto. A lei em vigor estabelece que os servidores podem receber essas vantagens durante o afastamento do cargo se estiverem cedidos a outro órgão da União. Já o novo texto restringe o pagamento das gratificações aos servidores que estiverem na carreira judiciária.

Regulamentação do PCS

Após publicada a Portaria do PCS, o servidor poderá receber o Adicional de Qualificação de 7,5%, por ter concluído curso de especialização; de 10%, em se tratando de mestrado, e, de 12,5% em caso de conclusão de doutorado. Para os casos de treinamento, de pelo menos 120 horas, o adicional será de 1% sobre o vencimento básico. Se o servidor implementar 360 horas ou mais, o adicional pode chegar ao limite de 3%. O AQ destina-se apenas aos servidores em cargo efetivo das carreiras de analista, de técnico e de auxi-



liar judiciário. Os servidores cedidos só terão direito ao adicional, caso a cessão seja para órgãos da União, ou seja, da administração pública federal. O PCS não permite a concessão cumulativa, no caso do servidor ter feito mais de um curso de pós-graduação. Porém, permite o adicionar o percentual por treinamento ao do curso de pós-graduação. Vale ressaltar que o primeiro adicional é em caráter temporário (válido por quatro anos) e, o segundo permanente.

A Gratificação de Atividade Externa (GAE) é uma vantagem específica, voltada exclusivamente aos ocupantes do cargo de analista judiciário, área judiciária, execução de mandados (oficiais de justiça), no efetivo exercício de suas funções. O benefício é vedado ao servidor de cargo em comissão ou função comissionada. Aos oficiais de justiça, com funções comissionadas, O PCS faculta a opção pela GAE ou pela função comissionada. Já não há impedimento do pagamento conjunto da gratificação com a indenização de transporte. A GAE incidirá sobre a contribuição para efeito de cálculo de proventos de aposentadoria.

A Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) é específica aos servidores que ocupam cargos de analista e técnico judiciário, cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança. A manutenção desta gratificação está vinculada a participação do servidor em programa de reciclagem anual. A carga horária mínima por ano foi estabelecida

em 30 horas/aula. Enquanto recebe o GAS, o servidor terá essa contribuição computada nos cálculos do salário de aposentadoria.

Para efeito de desenvolvimento na carreira, o PCS dispõe que a progressão funcional é a movimentação de servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano. Enquanto a promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, desde cumprido o intervalo de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior.

A lei não veda o servidor em estágio probatório de ser progredido na carreira e o interstício anual também é aplicável nesses casos. Porém, não tem validade durante as licenças, afastamentos, curso de formação, além das faltas injustificadas. A Portaria é assinada pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal de Justiça e Conselho da Justiça Federal, do Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, do Superior Tribunal Militar e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios.

A remoção, a capacitação, o ingresso e o enquadramento continuam em debate nos tribunais superiores. O Sintrajusc requereu à Fenajufe que coloque na pauta de discussões a retirada da exigência do cumprimento do estágio probatório para a

remoção. Além dessa, a Fenajufe tem recebido dezenas de sugestões que serão analisadas, sistematizadas e comporão os termos a serem levados pela entidade aos diretores-gerais. (Com informações da Fenajufe)

Sintrajusc terá 10 representantes no 6º Congrejufe

Os servidores do Judiciário Federal de Santa Catarina terão 10 representantes no 6º Congresso Nacional da Fenajufe, que acontece entre os dias 28 de março e 01 de abril de 2007, em Gramado (RS). A escolha dos delegados aconteceu durante a assembleia geral realizada no dia 1º de dezembro do ano passado. Houve uma boa participação da categoria, já que o 6º Congrejufe é a oportunidade para discutir os rumos da Federação para o próximo período. Três chapas apresentaram nomes para participar do Congresso. Além dos 13 integrantes, foram escolhidos também 13 suplentes. Apenas os votos válidos dos servidores presentes à assembleia foram considerados para a escolha dos delegados.

O Congresso da Fenajufe é uma oportunidade para a categoria discutir suas questões, eleger a nova diretoria e executar o planejamento das ações que beneficiam os servidores de todo o Judiciário Federal no País. Da pauta do Congresso, consta a discussão do Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal, um balanço da atuação da Fenajufe, a prestação de contas do período de maio de 2006 a fevereiro de 2007, a discussão sobre alterações



Entidades dos servidores federais discutem o PAC

Várias rodadas de discussões estão sendo feitas entre entidades nacionais dos servidores públicos federais e representantes do governo para debater o PLP 01/07, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os dirigentes sindicais reforçarão a reivindicação para que as entidades do funcionalismo possam negociar a retirada do item que restringe reajustes salariais pelos próximos dez anos e propõem o teto de correção da folha de pagamentos da União, a cada ano, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com 1,5% de aumento real.

Em audiência no dia 27 de fevereiro, o representante da CUT reforçou o posicionamento dos servidores públicos e também criticou o fato da proposta do PAC não ter sido discutida com as entidades sindicais na Mesa Nacional de Negociação Permanente. Na mesma reunião, o coordenador da Fenajufe, Roberto Policarpo, bateu forte em cima da questão do limite de gasto com servidores públicos imposto pelo PAC. “Chegamos a uma situação de que só teremos crescimento na folha se a inflação galopar. E não é essa a nossa torcida”, criticou. O presidente da CUT defendeu que o Ministério do Planejamento, em conjunto com as entidades sindicais e com o relator da proposta do PAC na Câmara, deputado Paulo Pimentel, busque um acordo sobre a situação salarial dos servidores. Além da proposta do PAC, outros pontos que deverão ser discutidos nessa audiência é a convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata das relações trabalhistas no serviço público; o decreto sobre greve no serviço público; os servidores anistiados do governo Collor e a retomada da Mesa de Negociação. Na reunião do dia 27 de fevereiro, Paulo Bernardo se comprometeu, ainda, a dar um retorno aos representantes das entidades sobre esses pontos. (Com informações da Fenajufe).

Mudança na página

A partir de maio, o Sintrajusc muda o layout de sua página na Internet. Maior facilidade de acesso às informações, possibilidade de interação, com participação dos servidores na busca de informações, serão algumas das novidades. As alterações estão sendo processadas, com migração de dados do atual site para o novo. Assim que houver a atualização, começaremos a passar as informações necessárias para que a categoria possa acessar o novo site.

Sintrajusc firma convênios com Cesusc e Faculdade Decisão

O Sintrajusc firmou dois convênios para servidores filiados e funcionários, com dependentes, para a concessão de descontos no valor das mensalidades para alunos de cursos de Graduação e Pós-Graduação do Cesusc e da Faculdade Decisão. Informações mais detalhadas sobre os convênios podem ser obtidas na página do Sindicato, em Convênios.

No Dia Internacional da Mulher, Florianópolis diz Fora, Bush



Centenas de manifestantes fizeram a cidade de Florianópolis ferver, durante as atividades do Dia Internacional da Mulher (8/3). Além dos atos em comemoração à data, houve também a coincidência da vinda ao País do presidente dos EUA, George Bush. Os brasileiros que foram às ruas em Florianópolis e em diversas cidades do Brasil deixaram claro que Bush é persona non grata no País. A polícia, como sempre reprimiu os manifestantes. Em Florianópolis, a coisa foi mais calma, mas o ânimo dos trabalhadores e trabalhadoras foi o mesmo de outras regiões, mostrando que queremos liberdade, igualdade, e respeito à nossa soberania.

A cidade de Florianópolis ferveu com o calor de mais de 35 graus e com diversas manifestações de trabalhadores, várias delas, em homenagem ao Dia da Mulher. No início da manhã, o Sintrajusc esteve presente em panfletagem no Ticen chamando a população para discutir a municipalização dos serviços de água e saneamento na Câmara dos Vereadores. Às 11h, os coordenadores do Sintrajusc, Robak Barros e Angela Albino, foram convidados a participar da assembléia dos servidores públicos municipais de Florianópolis que discutia campanha salarial.

O que também aconteceu na mobilização convocada pela União Brasileira de Mulheres (UBM/SC), no Ticen, para homenagear as mulheres e lembrar das várias discriminações

de que são vítimas.

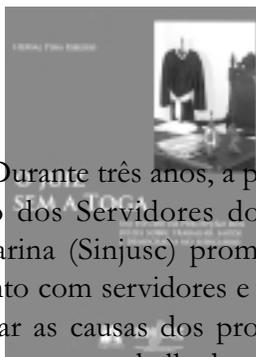
O ato mais importante do dia aconteceu em frente à Assembléia Legislativa, no início da tarde, reunindo centenas de integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas, além de sindicalistas, que comemoraram a data e protestaram contra a presença de George Bush no Brasil. Uma cartola com as cores dos EUA, confeccionada pelo Sintrajusc, foi queimada em frente à Assembléia, ao som de Viva Cuba! Viva a Venezuela! Viva o Brasil!

Atos contra o presidente dos EUA são realizados desde o início da semana em todo o País, e deverão continuar até esta sexta-feira (9/3), quando Bush viaja para o Uruguai. Os brasileiros estão conscientes de que a visita de Bush a vários países da América Latina não tem nada de política de boa vizinhança. Já vimos este filme antes: quando um presidente dos EUA vem à América do Sul, é sempre com a intenção de manter a exploração do sub-continente.

Já há muito tempo, porém, os povos da América Latina têm consciência de que é preciso dar um basta à política de dominação dos EUA. O recado tem sido dado a Washington com a eleição de lideranças comprometidas com as causas populares na Venezuela, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador... Por isso, no Dia Internacional da Mulher, mais uma vez gritamos bem alto:

Fora, Bush!

O juiz sem a toga



Durante três anos, a partir de 2002, o Sindicato dos Servidores do Judiciário de Santa Catarina (Sinjusc) promoveu amplo levantamento com servidores e juizes buscando identificar as causas dos problemas de saúde que atingem os trabalhadores no Estado. A falsa idéia de que as doenças do trabalho, incluindo as Lesões por Esforço Repetitivo (LER), têm causas facilmente reconhecíveis foi o impulso inicial para o trabalho, que no final concluiu que esses problemas têm origem bem mais complexa que a opinião comum tenta enfatizar.

O trabalho começou com mais de 200 servidores, juizes e especialistas na área da saúde que participaram do Seminário sobre Trabalho Contemporâneo e Saúde, iniciativa do Sinjusc, com a participação do professor Herval Pina Ribeiro, um reconhecido estudioso das relações do trabalho contemporâneo e a saúde. O pro-

fessor foi o coordenador técnico do estudo.

A íntima relação entre o trabalho judiciário e a vida social, familiar e pessoal dos servidores, incluindo os cuidados com a saúde, foi uma das principais conclusões do trabalho. Vários seminários regionais foram realizados com os servidores, buscando encontrar as causas do adoecimento no trabalho. Questionário elaborado pelos próprios servidores foi aplicado aos quatro mil integrantes da categoria no Estado, em apenas um único dia. Os juizes foram ouvidos em quatro oficinas que resultaram no livro O juiz sem a toga. “Os resultados das duas abordagens confluíram: juizes e servidores estão adoecendo das mesmas causas e das mesmas doenças coletivas”, afirma no posfácio do livro o presidente do Sinjusc, Volnei Rosalen. Segundo ele, o